

## 4

### Justiniano José da Rocha e a educação política da nação.

E com efeito, nem uma ambição há mais nobre do que promover a felicidade futura da nação, dando a todos os meios de dissiparem para seus filhos as trevas da ignorância, e de conquistarem assim sua emancipação moral.<sup>1</sup>

As novas diretrizes impostas à instrução do Império do Brasil, corporificadas através da Reforma Couto Ferraz, evidenciam as estratégias de controle do Estado imperial, especialmente através da autoridade e atribuições conferidas ao Ministério do Império, representante do Poder Executivo naquela jurisdição. Como já vimos, na elaboração destas novas diretrizes, idéias debatidas em diversas ocasiões no Parlamento, ao longo dos anos 1840 e parte dos 1850, foram resgatadas e adaptadas, levando-se em conta o princípio de centralização das decisões concernentes ao funcionamento da instrução. Aqui faremos referência não somente às propostas discutidas no interior do parlamento, mas também às que tiveram circulação em outras esferas da sociedade imperial, fomentando debates em escala mais abrangente, como os ocorridos através da imprensa. Não buscamos aqui esgotar os debates que envolviam a questão da instrução no Império do Brasil em meados dos anos 1850, mas sim considerar as idéias que guardavam algum tipo de relação ou diálogo com as prescrições consolidadas na Reforma Couto Ferraz.

As posições, questionamentos e propostas desenvolvidas por Justiniano José da Rocha serão utilizadas como fio condutor e expressão mais evidente das idéias circulantes naquele momento sobre a questão da instrução. Nossa opção por esta personalidade da sociedade imperial de meados do século XIX se vê justificada, não somente por sua capacidade de atuação e representatividade em diversas esferas do meio social, mas por conta de sua intensa dedicação à questão da instrução ter se consubstanciado através de farta produção textual sobre o tema. Apesar de não ter apresentado suas idéias organizadas em forma de propostas que constituíssem uma reforma completa para a instrução, como fizeram Francisco de Sales Torres Homem

---

<sup>1</sup> Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara. “Relatório do Estado da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte durante o ano de 1855.” p. 5. In: *Relatório do Ministro do Império*. Ministro Luís Pedreira de Couto Ferraz, 1856.

e Domingos José Gonçalves de Magalhães, este homem de letras produziu, em sua vida pública, relevantes idéias sobre a necessidade da referida reforma. Com atuação diversificada dirigida à política, imprensa, magistério e, por vezes, o próprio aparelho de Estado, sua expressão se viu realizada em discursos no Parlamento, relatórios oficiais e textos jornalísticos produzidos em sua intensa atividade na imprensa, onde buscava, pela pluralidade de assuntos aos quais se dedicava, dar conta da complexidade da realidade que se apresentava.

Um traço peculiar da concepção de homem de letras, devida ao movimento romântico, e que logrou larga aceitação no Brasil, foi o da missão civilizadora do escritor, que, mago e profeta, estaria destinado a influir na marcha dos acontecimentos, graças à inspiração ou iluminação suprema. Cabia-lhe uma responsabilidade, uma vocação particular, um papel de reformador social e político, na condução da vida da comunidade, uma função educadora, moralizante, progressista, a exercer junto aos contemporâneos. (...) A ação política, jornalística, administrativa, são sempre uma atração para o homem de letras, no Brasil, muito comumente incontentado e insatisfeito com a dedicação pura à atividade literária, no campo da imaginação e da crítica.<sup>2</sup>

Para muitos estudiosos da produção literária brasileira do século XIX, Justiniano José da Rocha foi um dos muitos que atuaram de forma plural e intensa na opinião pública e que guardavam entre si determinadas características em comum. Para Afrânio Coutinho e Antonio Cândido ele poderia ser posicionado no interior do grupo dos primeiros românticos, ou pré-românticos, ao lado de nomes influentes como o próprio Domingos de Magalhães, Januário da Cunha Barbosa, Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Inácio Abreu e Lima. Apesar de uma doutrina literária homogênea não poder ser atribuída a estes nomes, eles reuniram em si certos aspectos remanescentes classicistas e arcádicos com elementos concebidos de novas origens e inspirações. Dentre estes últimos elementos denota-se a entrada de influências de origem francesa e inglesa que ganhavam a centralidade antes imputada à portuguesa. Estes literatos acabariam por iniciar a disseminação das

---

<sup>2</sup> COUTINHO, A., *A Literatura no Brasil*, p. 599.

características românticas, atuando como agentes de uma transição que deixava para trás o período neoclássico.<sup>3</sup>

Só se pode falar todavia de literatura nova, entre nós, a partir do momento em que se adquiriu consciência da transformação e claro intuito de promovê-la, praticando-a intencionalmente. Foi o que fez em Paris, de 1833 a 1836, mais ou menos, um grupo de jovens: Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Francisco de Sales Torres Homem, João Manuel Pereira da Silva, Cândido de Azeredo Coutinho, sob a liderança do primeiro.<sup>4</sup>

A transição realizada pelo grupo de literatos pré-românticos via-se assim condicionada à intenção de inaugurar uma literatura nacional. Para os literatos mencionados no trecho acima destacado, os criadores da revista *Nitheroy*, os debates sobre a determinação do caráter dessa literatura buscavam lhe conferir singularidade, constituindo uma identidade composta por elementos culturais distintos dos ibéricos. Tal processo de constituição passava pela constante discussão sobre as expressões culturais contemporâneas e por investigações históricas que buscassem definir os elementos constitutivos da identidade nacional, diluindo a centralidade atribuída à realidade européia na integração destes elementos.<sup>5</sup> Neste sentido, buscava-se justamente promover novas tradições, originadas principalmente das relações vividas no passado entre o estrangeiro e o nativo, sempre consideradas com prioridade à experiência atribuída a este último, que viria a ser representado, numa obra literária inspirada pela singularidade da natureza brasileira, como verdadeiro alicerce da civilização.

<sup>3</sup> Também nos diz Coutinho sobre os pré-românticos - “Cultiva-se o jornalismo (político e literário, na maioria das vezes misturados), a eloqüência sacra e profana, a poesia lírica, a história, as ciências naturais. Compreendia mais ou menos figuras nascidas antes de 1820.” Id. *Ibid.*, p.586.

<sup>4</sup> CÂNDIDO, A., *Formação da Literatura Brasileira*, p. 11.

<sup>5</sup> Com a extensa variedade de temas tratados em seus artigos, a revista se propunha a fomentar discussões, evidenciando um perfil pedagógico orientado para a propagação do mesmo espírito crítico-reflexivo demonstrado por seus criadores. A identidade brasileira deveria ser constituída pela pluralidade do pensamento e enriquecida pela participação coletiva dos interessados nas discussões, estudos e investigações que dariam esteio à constituição daquela identidade. Num comunicado ao leitor, revelava-se assim certo aspecto das intenções da revista: “Há muito reconheciam eles a necessidade de uma obra periódica, que, desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre coisas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumassem a refletir sobre objetos do bem comum, e de glória da Pátria”. *Nitheroy: Revista Brasiliense, Sciencias, Letras e Artes*. Tomo I No1, 1836, p.184.

Além do grupo fluminense liderado por Gonçalves de Magalhães, um grupo originado na Faculdade de Direito de São Paulo, a Sociedade Filomática, considerou os usos e costumes da sociedade e elementos físicos da natureza brasileira, como bases para uma literatura nacional. A constituição de uma identidade brasileira passava pela definição de hábitos próprios e da utilização das características específicas da natureza que determinassem sua singularidade e uma distinção em relação ao contexto português. Para realizar “sua função educadora, moralizante, progressista”, fundaram um periódico, publicado anteriormente à revista *Nitheroy* que, como ela, não teve muitos números publicados.

Em suas páginas vemos as primeiras incursões de Justiniano da Rocha na imprensa, onde demonstrava, por meio de um artigo de crítica à poesia de Gonçalves de Magalhães, possuir vários atributos que o aproximavam do pensamento romântico, a saber, pensamento crítico-reflexivo, a preocupação com a definição de um espírito nacional e amor pela civilização.

...antes de aventurar suposições, consultar essas poucas composições poéticas que temos, estudar a influência do solo pitoresco que habitamos, e examinar a tendência do gosto do século em que vivemos: só depois de todas essas análises arriscarei um juízo sobre nossa poesia futura.<sup>6</sup>

Graças a ele (Magalhães), já a majestosa mangueira substituiu os choupos, e os carvalhos, já o sabiá brasiliense desentronizou o rouxinol da Europa, e algumas das belezas americanas trajaram as ricas galas da Poesia.(...) aplicando-se às mais vastas composições eleve essa Pátria, que tanto ama, entre as nações cultas, ao alto grau a que lhe dão direito as riquezas do seu solo, e Gênio de seus filhos.<sup>7</sup>

Este cenário inicial do movimento romântico não poderia deixar de considerar o irresistível eurocentrismo da época, principalmente nos termos das teorias civilizatórias vigentes, que consideravam as condições raciais e climáticas como características que posicionavam o “Império dos trópicos” nos degraus mais baixos, em relação ao exemplo europeu, no processo civilizatório. Porém, uma literatura que tinha como pressuposto a singularidade deveria fundar-se sem perder de vista a autonomia necessária à sua produção. Um certo grau de liberdade que possibilitasse

---

<sup>6</sup> *Revista da Sociedade Philomática*, Nº 2, 1833. p.50.

<sup>7</sup> *Id.* p.56-7.

justamente a articulação de influências estrangeiras, levada a cabo principalmente através da utilização autônoma de modelos consagrados pela tradição ou recém constituídos.<sup>8</sup> Já que a intenção era iniciar uma transformação na literatura nacional, mais especificamente determinar sua fundação, a questão da subjetividade do indivíduo criador dessa produção literária, o escritor brasileiro, a forma com a qual este operacionalizaria uma articulação dos vários elementos que compunham a realidade brasileira ganhava força. A produção literária adquirira um caráter individualista, uma vez que a experiência individual do escritor deveria determiná-la. Esta experiência seria proporcionada não somente pelo contato maravilhado com a natureza brasileira, como vimos, mas também pelas condições do próprio meio social do escritor, o que submetia aquela experiência às transformações ocasionadas pelo advento da própria modernidade em andamento.

A trajetória do trabalho jornalístico de Justiniano da Rocha oferece uma base para a averiguação de seu grau de pertencimento ao grupo de pensadores românticos, principalmente no que se refere ao caráter individualista acima descrito. Consideraremos este individualismo em termos do exercício de uma autonomia de pensamento, orientado para a realização de uma intervenção no mundo por meio da produção textual. Esta autonomia de opinião teria sido primordial no desenvolvimento de uma postura crítica em relação a alguns dos direcionamentos impostos pela direção Saquarema, consistindo num tipo de contestação proveniente do interior do próprio partido, uma vez que esta seria a corrente política abraçada por Justiniano da Rocha até o fim de sua vida. Diante da imensa gama de assuntos tratados em sua carreira jornalística, optamos por trabalhar com questões que demonstrassem justamente estes momentos de contestação às políticas levadas a cabo pelos Saquaremas enquanto predominantes no Governo, em especial aquelas que tiveram a instrução como assunto.

---

<sup>8</sup> Escreveu Silvio Romero, já em fins do século XIX, sobre as condições de origem da literatura nacional: “A literatura brasileira não se furta às condições gerais de toda a literatura antiga ou moderna, - ser a resultante de três fatores fundamentais: o meio, a raça, as correntes estrangeiras. Da ação combinada destes três agentes, atuando nas idéias e nos sentimentos de um dado povo, é que se originam as criações espirituais a que se costuma dar o nome de literatura.” ROMERO, S.; RIBEIRO, J., *Compêndio de História da literatura brasileira*, p.8.

Deixava Justiniano da Rocha a Faculdade de Direito de São Paulo num momento em que o Império do Brasil passava pelo conturbado período das Regências. As disputas políticas pela direção do Governo davam o tom das questões que movimentavam a política imperial, onde desenrolava-se o confronto entre os liberais, defensores da autonomia das províncias, e os conservadores, que defendiam a centralização do poder. Neste cenário, Justiniano da Rocha recebeu um convite feito em nome de Sebastião de Rego Barros, para direção do periódico *O Atlante*, criado em 1836, cerca de três anos após sua diplomação de bacharel em Direito. A opinião do jovem jornalista passaria assim a expressar-se de forma veemente na oposição às articulações promovidas pelos liberais, dispostos a por fim às Regências com a elevação ao trono da princesa D. Januária, através da antecipação de sua maioria. Apregoava o jornalista que a jovem princesa não possuiria os atributos necessários à resolução da situação problemática pela qual passava o Império, tendo em vista o espírito da revolução que pairava naquele momento, como demonstrava a deflagração de conflitos no Rio Grande do Sul, a chamada Guerra dos Farrapos.

Ainda que fosse claramente inclinado para a orientação conservadora, o jornalista não deixou de produzir opiniões em relação ao tráfico de escravos, criticando assim políticas orientadas pelo Governo, e pelos Saquaremas quando à frente dele. Numa atitude combativa que caracterizou toda a sua atuação na imprensa, Justiniano da Rocha teceu graves críticas a frouxidão com que o Governo lidava com a questão do tráfico, proibido no Império do Brasil desde 1830, conforme previsto em convenção com a Inglaterra. Para além do caráter legalista de respeito ao que rezavam as leis, as críticas produzidas pelo jornalista demonstravam profundo horror pela atividade profissional do traficante, ao qual imputava traços de vilania, crueldade, desconfiança e descompromisso com as leis que deveriam reger o convívio em sociedade.

Um traficante, numa de suas especulações, carrega 300 homens: destes, pelo mau trato, que se lhes deu, ou sufocados por falta de ar no porão em que vêm entulhados, ou por tédio à nova existência que se prepara, ou mesmo pelos açoites com que foram sufocados seus murmúrios, morrem cem, perde-se o terço da negociação: e esse traficante foi cem vezes assassino; sobre a sua cabeça pesa a morte de 100 indivíduos; pois bem! Talvez que se arrependa de seus assassinatos! Não: ele se lastima de ter perdido o terço de sua negociação, e para recuperar o que perdeu,

repete a mesma especulação e continua a ser assassino. Julgais por ventura que esse homem que assim procura enriquecer não é capaz de envenenar o copo da amizade para ganhar alguma herança, que não é capaz de cravar em vosso peito o punhal do homicídio para vos roubar? Ele, que se animou a ser traficante de carne humana, recuará diante de um crime menor?<sup>9</sup>

Tal qual outros pensadores de seu tempo, como Gonçalves de Magalhães, o jornalista considerava a persistência do tráfico um empecilho para que o Império do Brasil fosse posto ao lado das demais Nações Civilizadas.

A razão social vai fazendo progresso: a iniquidade do domínio do homem sobre o homem é atualmente reconhecida, e reconhecida e apregoadada, já se não olham como filhos da fanática e louca filantropia os clamores que se erguem à favor da futura emancipação da espécie humana; poderosas nações tem se coligado para fazer cessar o hediondo tráfico de escravos; e no Código da Civilização conta-se como crime reduzir a escravidão pessoa livre, traficar homens...<sup>10</sup>

Mas as relações diretas do jornalista com os Saquaremas se estabeleceriam posteriormente. Durante uma curta atuação no periódico *O Cronista*, o jornalista inclinou-se mais intensamente à corrente conservadora, principalmente através do êxito alcançado por sua campanha de oposição ao regente Diogo Feijó. Com a ascensão de Araújo Lima ao poder, é criado o assim chamado Ministério das Capacidades, para o qual fora chamado Bernardo Pereira de Vasconcelos, acumulando as pastas do Ministério do Império e da Justiça. Foi da relação com este Ministro que resultou a participação de Justiniano da Rocha no projeto de criação do Colégio de Pedro II e o início de sua atividade como diretor do *Correio Oficial*, periódico de defesa do Governo. Posteriormente, terminam as publicações deste periódico e d' *O Cronista* deixando a política Saquarema sem uma voz na imprensa. Assim, Justiniano da Rocha foi chamado pelos grandes chefes saquaremas, Paulino José Soares de Souza e Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, para fundar um outro jornal conservador.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Jornal *O Atlante*, 7/6/1836. p.2.

<sup>10</sup> Id. Ibid. p.1.

<sup>11</sup> Este pequeno resumo da fase inicial da vida jornalística de Justiniano da Rocha foi baseada em um relato pessoal por ele feito num discurso proferido na sessão da Câmara dos Deputados de 26 de Maio de 1855, que voltaremos a mencionar mais adiante.

O sucesso das negociações com aqueles dirigentes Saquaremas resultou na criação do jornal *O Brasil*, em 1840, vindo a ser o periódico no qual mais tempo atuaria o jornalista. O período regencial ainda não havia terminado e a questão do momento era a antecipação da maioria do imperador menino. Os liberais ganhavam terreno ao transformar esta questão em causa popular, e a derrota dos conservadores consubstanciava-se com a queda de Bernardo Pereira de Vasconcelos, após apenas 9 horas à frente do Ministério. Em discurso na Câmara dos Deputados, Justiniano da Rocha relembra o conturbado período para descrever a natureza de suas relações com dirigentes Saquaremas, os quais chama de “chefes”:

Nem um instante abandonamos o campo. Homens inimigos de revoluções, homens de idéias monárquicas, que naquele tempo nos parecia ver derrotada, continuamos a escrever em luta aberta, em luta de frente com a revolução, expondo-nos, excitando em nossas famílias o receio pelos nossos dias. Os nossos chefes onde estavam então? O vento da revolta os havia entorpecido, e nós sem relações, sem emprego algum, sem darmos em nosso interesse pessoal à nossa atividade intelectual, não consumindo os nossos dias senão na sustentação das idéias políticas em que comungávamos, nós escrevíamos um periódico, desamparado de todos, e ignorando nós mesmos o nosso destino.<sup>12</sup>

Mais adiante neste mesmo discurso, o jornalista revela que era Paulino Soares quem mantinha, com recursos próprios, a tipografia responsável pela impressão d`*O Brasil*, dando assim conta de sua publicação, administração e circulação. Para Justiniano da Rocha ficava a responsabilidade sobre a orientação do periódico, enviando os artigos produzidos à tipografia. Com a volta dos Saquaremas ao poder em 1841, dedicou-se o jornalista a combater a imprensa liberal ao lado de seu principal companheiro de ofício, o também jornalista Firmino Rodrigues da Silva. Juntos eles granjeavam os elogios da intelectualidade da época, que os posicionava entre os principais nomes em meio à imprensa daquele momento. Os debates com Francisco Sales de Torres Homem continuavam como no período de predominância liberal, sendo que invertiam-se as posições dos jornalistas, ficando Justiniano da Rocha na defesa do Governo, atacado intensamente pelos liberais.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Justiniano José da Rocha. APB. Câmara dos Deputados. Sessão de 26 de Maio de 1855. p. 126.

<sup>13</sup> Um exemplo deste antagonismo é demonstrado quando Justiniano da Rocha responde a alegação de Torres Homem em *O Maiorista*, de que certa tristeza abatia o Imperador do Brasil. “Ora, o monarca,

As diversas dificuldades pelos quais passou o jornal *O Brasil*, nos dão notícia da obstinação de seu criador em manter na imprensa uma voz conservadora, assim como também um espaço para a sua opinião. Com o poder nas mãos, os dirigentes Saquaremas pareceram julgar que o jornal cumprira sua função no combate aos liberais. Nesse sentido, o arranjo com Paulino Soares foi desfeito, fazendo com que o jornal se sustentasse com os recursos de seu diretor. As discussões envolvendo a criação d' *O Brasil* evidenciavam os receios do jornalista em relação a uma situação vivida por ele e Firmino Rodrigues Silva, ainda nos tempos d' *O Cronista*: a falta de reconhecimento e apoio de seus correligionários diante de seus esforços em prol da defesa do partido na imprensa. Em carta ao futuro visconde de Uruguai, o jornalista definia o que esperava em resposta ao seu trabalho.

O que só queremos é não perdermos de todo o nosso futuro, é que as pessoas do Ministério a quem vamos servir, nos considerem dignos de sua aliança, e não instrumentos comprados com alguns mil réis, e no Ministério, ou fora do Ministério, nos dêem a consideração e proteção correspondentes à nossa dedicação, pois para servir-me de uma expressão que as decepções que sofremos com o Ministério de 19 de setembro puseram em moda entre nós, não queremos ser laranjas, de que se aproveita o caldo, e deita-se fora a casca.<sup>14</sup>

A necessidade de reconhecimento e apoio material para a produção do jornal, e assim, para o exercício de sua reflexão, para a produção de uma opinião, parece ir de encontro à autonomia anteriormente demonstrada pelo jornalista, principalmente se considerarmos seu juízo sobre um assunto tão importante como o tráfico de escravos. Por mais que permanecesse na defesa do princípio conservador, continuava o jornalista a fazer as críticas que julgava necessárias às atuações de seus chefes, agora na direção do Governo. Em sua atitude parecia considerar-se merecedor do respeito de seus correligionários, o que se daria em tal medida que lhe possibilitava manter uma postura crítica em relação a eles, chegando inclusive a invocar a necessidade de

---

apesar de sua pouca idade, tem mais que precisa inteligência para conhecer qual o partido que mais se afana por fortificar-lhe o trono, sabe que entre os que querem mais liberdade do que a possuímos e os que julgam mais que suficiente a de que gozamos não há escolha possível.” Apud. MAGALHÃES JR., R., *Três planfetários do Segundo Reinado: Francisco de Sales Torres Homem e o "Libelo do Povo", Justiniano José da Rocha e "Ação; Reação; Transação", Antônio Ferreira Vianna e "A Conferência dos Divinos"*, p. 139.

<sup>14</sup> Apud. CARDIM, E., *Justiniano José da Rocha*, p. 18.

uma reorientação de suas ações segundo suas críticas. Retornaremos a este ponto mais adiante.

Uma análise das argumentações utilizadas por Justiniano da Rocha para refutar acusações feitas pelo então Marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, que, ao se referir ao jornalista, utilizou o termo “pena de aluguel”, nos permite compreender a concepção que seus correligionários construíram sobre ele. Ao descrever os tempos mais conturbados de existência d’*O Brasil*, ele argumentava que sua determinação em manter uma voz conservadora na imprensa, o obrigou a centralizar recursos provenientes de diversas fontes, além daqueles resultantes de articulações para obter a sustentação do periódico.<sup>15</sup> O jornalista admitia que dentre estas parcerias, recebia diversas contribuições de políticos Saquaremas seus aliados, quando ocupantes de posições no Executivo, e que não considerava que tal auxílio sustinha o aluguel de sua pena. Isto porque, a seu critério, a insuficiência dos auxílios recebidos restringia a função destes à manutenção do jornal e não à domesticação das opiniões de seu principal redator.

Neste sentido, seria possível que o jornalista se posicionasse como figura central na criação e manutenção da maioria dos jornais pelos quais passou, certo de que seu esforço pessoal e o respeito proveniente de um passado de trabalho criterioso e reflexivo mantinham seu valor diante de correligionários aliados, permitindo-o adquirir e administrar recursos que mantivessem sua atividade na imprensa. Em sua concepção, defendia com veemência a tese de que sua ação na opinião pública era mantida muito mais por uma íntima convicção do que por espírito de lucro.

Somai todas as parcelas que tenho recebido, de muitas passei recibo, pois nunca supus que isto fosse vergonhoso, que fossem armas contra mim; somai todas essas quantias, fácil vos é esse trabalho, suputai[sic] quanto se havia de despender nos gastos materiais da publicação de um jornal, e compreendereis que, por mais insignificante que tenha sido o valor dos meus serviços, ainda quando eles não

---

<sup>15</sup> Nos primeiros momentos em que *O Brasil* foi publicado com recursos capitaneados por Justiniano da Rocha, foi promovida uma “derrama” entre os assinantes do jornal. A estratégia de receber adiantadamente de seus assinantes, mais auxílios de amigos particulares, e por vezes do próprio Paulino Soares, possibilitou a montagem de uma tipografia própria para o jornal que, por certo tempo, chegou a circular diariamente. Justiniano José da Rocha. APB. Câmara dos Deputados. Sessão de 26 de Junho de 1855. p. 135.

tenham concorrido nem sequer para a elevação de alguma pequena notabilidade, esses serviços estão muito acima do que por eles foi dado.<sup>16</sup>

Nos três mandatos que teve como deputado por Minas Gerais foi este discurso de Justiniano da Rocha o mais significativo e lembrado, pois sua atuação na Câmara dos Deputados fora bastante tímida.<sup>17</sup> Mas, ainda que seu objetivo com aquele discurso fosse comprovar sua autonomia, a eficácia de seu caráter crítico-reflexivo e pedagógico, e sua capacidade de reorientar os rumos do conservadorismo imperial, o resultado de sua atuação no Parlamento havia se convertido em motivo de sua decadência na carreira política.

A acusação sofrida por Justiniano da Rocha fora resultado da clara oposição que fazia à maneira com que a chamada política de conciliação vinha sendo conduzida pelo Marquês de Paraná, então à frente do Ministério desde 1853. Dizendo-se contrariado pela perda de um aliado, Paraná buscava desarticular as críticas do jornalista, por meio de acusações de corrupção, uma vez que o subsídio de jornais pelo Governo era proibido.<sup>18</sup> Além de tentar defender sua integridade caracterizando a maneira com que conduzira sua vida no jornalismo e na política, avesso a luxos e a relações motivadas por interesse pessoal, o jornalista acabou por incorrer em confissões e denúncias que, na medida em que comprometiam a atuação de políticos conservadores quando à frente do Governo,<sup>19</sup> acabariam por abalar de

---

<sup>16</sup> Id. Ibid. p.137.

<sup>17</sup> Sua atividade parlamentar abrangeu as legislaturas de 1843-1844, 1850-1852 e 1853-1856 e se dirigiu a poucos assuntos, além da instrução. Foram estes: a defesa da supressão das legações brasileiras no Chile e países do Pacífico, preferindo concentrar a atuação do Estado imperial na região do Rio da Prata (neste momento era membro da comissão que examinaria o orçamento da Repartição de Negócios Estrangeiros), além de discussões envolvendo a concessão de condecorações a paulistas, a anistia a revolucionários baianos e a taxaço de tálburis e objetos funerários. CARDIM, E., *Justiniano José da Rocha*, p. 41-42.

<sup>18</sup> Paulino Soares não fora o único ministro a auxiliar o jornalista na manutenção de seu jornal. “A confissão de Justiniano atingia a Nabuco de Araújo, Ministro da Justiça, que pela verba secreta da polícia subvencionava o jornalista. E este dera quitação das quantias recebidas. Paraná, que o sabia, quando Justiniano rompeu, quis os recibos. Nabuco negou-se a fornecê-los e ameaçou mesmo a Paraná negar o fato se ele, na Câmara, insistisse nessa acusação a Justiniano. Paraná cedeu, mesmo porque também ele confessava, na sessão de 26 de maio de 1855, haver o seu governo, embora com parcimônia, subvencionado jornais”. Ibid., p. 46.

<sup>19</sup> Revelando um caráter contraditório de sua ação pública, Justiniano da Rocha mencionou que se beneficiara de um escravo negro oferecido a ele pelo então Ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, mesmo tendo anteriormente criticado a distribuição ilegal de africanos apreendidos das atividades de traficantes por estabelecimentos públicos e pessoas ligadas ao Governo a fim de manter relações de aliança. Ibid., p. 15.

vez suas relações com os Saquaremas. A certeza de estar ao lado da verdade e de acordo com sua consciência, havia dado fim à sua carreira política, uma vez que sua reeleição jamais voltaria a acontecer.

Como já dito, raros foram os momentos em que o jornalista ocupou a tribuna, preterindo a oratória como forma de expressão. Somente a força de sua escrita poderia consistir num esforço significativo de reposicioná-lo em termos de credibilidade e reconhecimento perante os políticos e a intelectualidade em geral. Pois, sem dúvida, esta era a atividade que desempenhava com maior desenvoltura e talento.

No panfleto “Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”, publicado no ano seguinte ao seu marcante discurso, Justiniano da Rocha demonstrou sua concepção de como deveria ser promovida a chamada “conciliação dos partidos”. Em seu pensamento, acreditava estar vivendo uma fase de *Transação*, momento em que a experiência acumulada com as atuações das correntes políticas divergentes possibilitaria a formação de um consenso em prol da harmonia política, significando isto o progresso da sociedade. Esta experiência seria fruto de um processo histórico, então descrito pelo autor, onde a uma fase de *Ação*, onde predominava o princípio democrático, promovido pela vitória liberal no movimento que promovera a emancipação do Brasil, se sucederia uma outra de *Reação*, articulada pelos conservadores, defensores que eram do princípio monárquico, em resposta aos excessos do período liberal.

Vale lembrar que os liberais, ao defenderem a prevalência do Poder Legislativo, se viam norteados por uma concepção de liberdade da qual derivava o princípio de “Representação Nacional”, que por sua vez significava a participação das autoridades locais nas instâncias do poder decisório, a saber, a autonomia provincial. Tais ideais tinham como intenção a anulação da influência portuguesa sobre os rumos do Brasil recém-emancipado. Na medida em que acreditavam que a noção de liberdade dos liberais implicava em risco à integridade do Império do Brasil, os Saquaremas promoveram a Reação, resignificando o conceito de liberdade, condicionando seu exercício à segurança e à ordem, e ambas à autoridade. Assim,

tiveram por base o princípio de “Soberania Nacional”, de centralização do poder decisório e diluição de autoridades locais.<sup>20</sup>

Tendo o Império do Brasil ultrapassado os períodos de confronto entre as duas facções, acreditava o jornalista ser possível retirar das experiências passadas, ou seja, das direções implementadas tanto por liberais como por conservadores quando à frente do Governo, os atributos necessários à promoção de um consenso político. A política de Paraná teria sido negligente em relação àquela experiência adquirida, na medida em que o então chefe do Ministério não parecia disposto a fazer concessões aos seus opositores.<sup>21</sup> Além disso, as ações tomadas pelo Ministério da Conciliação, onde Paraná parecia a tudo dirigir, ameaçariam a soberania da Câmara dos Deputados ao não consultá-la em questões de extrema importância. O receio do jornalista era de que o gabinete houvesse chegado “à beira do absolutismo”, fazendo mudanças em várias pastas ministeriais sem qualquer participação do Parlamento, e ainda promovendo também excessos policiais, com a efetuação de prisões, e liberação de presos, apenas baseadas em sua decisão e julgamento.<sup>22</sup>

Chegados os povos à fase em que a reação não pode progredir, em que a ação esmorece, cumpre que a sabedoria dos seus governantes a reconheça, aí pare, e pelo estudo da sociedade descubra os meios de trazer a um justo equilíbrio os princípios e elementos que haviam lutado. Se a experiência não quer reconhecer a nova fase, se a loucura contraria o seu desenvolvimento, se prossegue na sua conquista de reação, e a quer levar aos seus últimos limites, a ação torna a produzir-se, a exagerar-se, e vence a sociedade, presa em um férreo e sanguinolento círculo de paixões e de desgraças, aniquila-se nas ruínas das discórdias civis.<sup>23</sup>

Vemos aqui a importância dada pelo jornalista à reflexão sobre a situação contemporânea e à identificação e interpretação dos sinais daquele tempo, como

<sup>20</sup> A teorização sobre a reconstrução dos significados do conceito de liberdade operada pelos Saquaremas teria sido a chave para as articulações políticas que possibilitaram sua chegada ao poder e o sucesso da Reação conservadora. Para a descrição de tal processo é imprescindível a leitura de MATTOS, I. R. de., *O Tempo Saquarema*, p.142-204.

<sup>21</sup> Vale lembrar que, seguindo a opinião geral, Justiniano da Rocha imputava ao Marquês de Paraná a iniciativa de promover uma política de conciliação dos partidos. Sua crítica se referia ao fato de que a tirania exercida pelo chefe do Ministério seria consentida justamente pela coalizão formada entre os partidos. MAGALHÃES JR., Raimundo. *Três planfetários do Segundo Reinado: Francisco de Sales Torres Homem e o "Libelo do Povo", Justiniano José da Rocha e "Ação; Reação; Transação", Antônio Ferreira Vianna e "A Conferência dos Divinos"*, p. 148.

<sup>22</sup> CARDIM, E., *Justiniano José da Rocha*, p. 42.

<sup>23</sup> Apud. MAGALHÃES JR., R., op. cit., p. 163.

elementos primordiais na orientação das ações dos dirigentes Saquaremas, promotores que eram da *Reação*. A influência do pensamento iluminista se faz assim presente com a noção da ação dirigida pela razão, única base confiável para dirigir uma aproximação com a política liberal, sem que princípios caros ao conservadorismo fossem comprometidos. Sem nunca negar seu partidarismo, o jornalista direcionou suas argumentações aos próprios Saquaremas enquanto detentores dos rumos da política. Eles deveriam acompanhar os rumores de seu tempo, considerar que os embates dos períodos anteriores haviam passado, mas que medidas eram necessárias para evitar o “sanguinolento círculo de paixões e de desgraças”. Convinha evitar uma nova composição de correntes opositoras, causadas pelo excesso de dirigismo e pela concentração do poder, que deflagrassem ações mais violentas que as ações efetivadas pelos liberais através dos movimentos de 1842 e 1848, período inicial do *Triunfo Monárquico*.

Na visão do jornalista, a centralização exercida pela figura de Paraná contrariava promessas suas, feitas em discurso no Senado, onde dizia que o Ministério que assumia em 6 de Setembro de 1853 seria caracterizado como “conservador-progressista ou progressista-conservador” e que o intuito de sua gestão era diluir as divergências que ocorriam no debate das questões políticas. Esta contradição fez com que Justiniano da Rocha procurasse, por meio da atividade parlamentar, influenciar o Governo a retroceder na dita centralização, buscando fomentar discussões parlamentares que articulassem a oposição que vinha exercendo, e, por meio daquelas, introduzir medidas orientadas pelas premissas da *Transação*. Nesse sentido requisitava maior tempo de deliberação nos debates de questões importantes, buscando minimizar as prerrogativas gozadas pelo Executivo e ampliar a participação legislativa nas decisões. Ao Ministério deveriam caber as decisões sobre as grandes questões nacionais, devendo se ater a estas até sua mais completa resolução, e não ocupar-se minuciosamente de todos os aspectos da vida social.

O jornalista também fazia menção ao excesso de regulamentos emanados do Governo e, recorrendo assim a princípios liberais, parecia defender abertamente o *laissez faire* para o bom funcionamento da sociedade e andamento da economia, cujo

desenvolvimento via-se atravancado por concessões que o Ministério da Conciliação deixava de fazer ao que era então considerado como liberalismo.<sup>24</sup>

Deixe o ministério na sua liberdade os interesses particulares, deixe a indústria na liberdade dos seus cálculos, não se apresente por toda a parte com um contrato e um subsídio, ou um imposto; não, não faça regulamentos sobre regulamentos... (...) Direi que toda a vez que o governo intervém e quer ser tutor da indústria, expõe-se a gravíssimos riscos; é mal o governo que muito quer governar (...) Quanto mais o governo que ser tutor do interesse individual pior governo é; isso segundo os princípios de economia política que aprendi...<sup>25</sup>

Mesmo tendo realizado intenso trabalho como defensor conservador na imprensa por mais de uma década, Justiniano da Rocha manteve certa distância dos círculos do poder, dizendo ter sido incapaz de estabelecer relações de puro interesse político, mas somente de amizade e estima. Jamais chegando a declinar da máxima conservadora de defesa da Soberania Nacional, o tipo de liberalidade invocada pelo jornalista no discurso acima deveria limitar-se a campos específicos da existência social, chegando a ser totalmente condenada em outras áreas, como veremos mais adiante. Ao pedir o desvio das atenções do Governo para questões de âmbito nacional, o jornalista reforçava a idéia de imposição e manutenção da ordem, e assim da centralização das decisões de escala nacional.

Retornemos às questões relativas ao que o jornalista chamava de período de Transação, o seu tempo presente. Uma vez que os promotores da Reação, vitoriosa e em expansão, deveriam cessar sua progressão, no sentido de constituir uma consciência da situação da sociedade e, com base nessa consciência, descobrir “os meios de trazer a um justo equilíbrio os princípios e elementos que haviam lutado”, podemos inferir que Justiniano da Rocha lançou mão dos recursos disponíveis para demonstrar, não somente o equívoco na qual se encontravam seus chefes, mas também meios de propagar os princípios do que para ele vinha a ser uma real política de conciliação.<sup>26</sup>

<sup>24</sup> BARMAN, R. J., *Justiniano José da Rocha e a Época da Conciliação. Como se escreveu a Ação; Reação; Transação*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.301, 1973. p. 32.

<sup>25</sup> Justiniano José da Rocha. APB. Câmara dos Deputados. Sessão de 21 de Maio de 1855.p.50.

<sup>26</sup> “Oh, mesquinhez do espírito humano! A uma necessidade política, a uma satisfação moral no triunfo das idéias, substituíram uma satisfação de interesse no aviltamento dos indivíduos, e a isso

O jornalista demarcava a importância do Parlamento como espaço institucionalizado de discussões políticas, de atuação política coletiva, no qual poderiam ser articuladas idéias de oposição à tirania corporificada, naquele momento, pela figura de Paraná. Dada a sua natureza de encontro de homens de correntes políticas distintas, as sessões da Câmara dos Deputados poderiam significar o único espaço no qual, por meio do debate e não da imposição, a conciliação pudesse ser operacionalizada. Os argumentos de legitimidade daquele espaço de oficial de atuação política se baseavam em duas premissas, a saber, o princípio da representatividade encarnado pelo Parlamento, composto pelos cidadãos das mais variadas partes do território nacional, e seu papel histórico de mantenedor dos rumos e da coesão do Império do Brasil em seus momentos mais aflitivos e conturbados.

...longe não estão os dias em que a sociedade desmantelada encontrou por garantia um berço em vez de um trono, e viu-se lançada às fúrias da revolta, aos devaneios da utopia; quem então salvou o país foi o grande respeito e acatamento que todos tributavam à câmara dos Srs. Deputados. A câmara lançou então todo o seu prestígio na voragem que ameaçava tragar a sociedade, e assim conteve e fez parar a tempestade.<sup>27</sup>

A questão da representatividade, enquanto base para o funcionamento do Parlamento, não seria considerada pelo jornalista apenas nos termos de estruturação de uma oposição mais bem municada ao seu poderoso adversário político do momento. Ao tecer opinião sobre o sistema representativo no Brasil, Justiniano da Rocha apontava a fragilidade das políticas conduzidas pelo Governo, historicamente distante da eficácia necessária ao aprimoramento de qualidades obrigatórias ao real exercício da ação pública individual no ambiente de um sistema representativo.

...no sistema representativo, intervindo todos, ou quase todos, os cidadãos no apreçamento da política adotada, e na formação do governo, mais instrução devem todos ter, mais conhecimento dos seus deveres, mais inteligência dos seus direitos. Se houvessem sido levados por uma razão esclarecida, pelo desejo de promoverem a

---

chamaram – conciliação”. Apud. MAGALHÃES JR., R., *Três planfetários do Segundo Reinado*, p. 164.

<sup>27</sup> Justiniano José da Rocha. APB. Câmara dos Deputados. Sessão de 26 de Junho de 1855. p. 133.

liberdade civil e política dos seus patrícios, os que nos deram o sistema representativo deveriam ter atendido a todos os nossos atrasos.<sup>28</sup>

No trecho destacado acima, vemos que o jornalista já vinha direcionando suas críticas à histórica desatenção com que os dirigentes imperiais lidavam com a questão da instrução, tratada em seu argumento como um dos aspectos essenciais à formação de uma cultura política e de uma opinião pública mais consciente, considerando estes atributos como necessários ao pleno funcionamento do sistema representativo. Esta plenitude seria concebida como algo a ser alcançado mediante um processo de maturação, e à classe política caberia a responsabilidade de orientar e possibilitar tal amadurecimento. Mais tarde, sua crítica voltou-se aos dirigentes seus contemporâneos, sendo dirigida menos às bases da autoridade que desfrutavam do que ao uso que faziam dela. Ainda dentro das idéias desenvolvidas naquele famoso panfleto, o jornalista parecia considerar o momento da *Transação* uma oportunidade para que os Saquaremas, então à frente do Governo e, por isso mesmo, condutores da política de conciliação, pudessem desfrutar do progresso proveniente da utilização criteriosa das experiências passadas. Desta forma, vemos que este pensamento não se distanciava da concepção conservadora que designava ao Governo a uniformização da instrução pública no Império do Brasil, assim como a definição dos rumos desta mesma instrução.

Para além de relacionar a elevação do nível da instrução ao alcance de certo grau de civilidade, e de equiparação do Império do Brasil às demais Nações Civilizadas, Justiniano da Rocha possuía um receio persistente em relação aos movimentos revolucionários que poderiam se originar de facções oposicionistas ao Governo, e possuía uma preocupação específica em prevenir-se de quaisquer atribulações pelas quais pudesse passar o Império do Brasil. Mesmo que os responsáveis pela *Reação* seguissem sua orientação de como conduzir de maneira proveitosa a conciliação dos partidos, com a gradativa concessão ao que preconizavam os princípios liberais, todo este trabalho poderia ser perdido se não se constituíssem os fundamentos básicos para assimilação e propagação do progresso adquirido. Mesmo em período anterior à publicação, e possivelmente à elaboração,

---

<sup>28</sup> Justiniano José da Rocha. *Jornal O Brasil*, 10/1/1848. p. 1.

de seu panfleto, o jornalista já se utilizava deste movimento de retirar do passado, das falhas ali cometidas pelo Governo, as bases consideradas necessárias para orientação das ações contemporâneas que promovessem uma ilustração da opinião pública, destacando sua íntima relação com o sistema representativo.

Se em 1822, tivesse havido prudência nos nossos homens políticos, verdadeiro conhecimento do sistema representativo, verdadeiro estudo das circunstâncias do povo brasileiro, do seu atraso material e moral, em se determinarem o seu anelo popular para as doutrinas de máxima liberdade (...) teriam dirigido essas aspirações para o melhoramento de certas instituições, para a concessão de certas garantias, realizáveis e eficazes que pouco a pouco formassem a educação política da nação, e a fossem habituando à vida pública, para aos depois se lhe conceder mais amplos direitos políticos, e com o andar dos anos e das gerações toda a plenitude da vida pública.<sup>29</sup>

O espírito de liberalidade imperava no momento inicial da *Ação*, tendo sido essencial para as articulações que visavam a ultrapassagem do jugo português. Acompanhando justamente aquele espírito, o princípio da liberdade de ensino foi tacitamente defendido na Carta Constitucional de 1824, o que, na concepção do jornalista, retirava do Governo a direção do processo de criação e consolidação de instituições importantes para o funcionamento de um sistema representativo também instaurado por aquela Carta. Mas o que se via ressaltado em sua análise sobre o passado, e que na verdade não fugia ao pensamento dos grandes políticos do período imperial, era que ao processo de emancipação não correspondia necessariamente a criação de elementos que deveriam compor e caracterizar a nova nação. Nesse sentido, de todas as coisas que precisavam ser criadas tendo em vista a construção da nação, nos dirigimos assim ao que parecia ser uma das grandes preocupações de Justiniano da Rocha: a formação do povo.

O jornalista compartilhava da opinião geralmente adotada pelos intelectuais e políticos de seu tempo sobre a situação da instrução. Por conta disso, participou ativamente da elaboração de diagnósticos e definição de novos rumos para instrução, mesmo antes do surgimento das propostas discutidas nos anos de 1840, com as quais trabalhamos em outro capítulo. Esta produção textual tendo a instrução como tema,

---

<sup>29</sup> Justiniano José da Rocha. *Jornal O Brasil*, 11/1/1848. p.1.

demonstra o início de uma sistematização de seu pensamento sobre o funcionamento ideal para a instrução. Na elaboração de um relatório oficial enfocou o nível de instrução onde havia exercido o magistério como profissão, preocupado especialmente com os estabelecimentos particulares de instrução secundária, então desprovidos de uma fiscalização sistematizada por parte do Governo. A intenção de orientar adequadamente ações que promovessem a regularização das aulas, exigia a coleta criteriosa de dados sobre os métodos de ensino, regime interno e número de alunos matriculados naqueles estabelecimentos.

Em sua atividade parlamentar requisitava o detalhamento das informações contidas nos relatórios do Ministério do Império, considerado por ele por demais superficial ao tratar de tema tão importante. Mais tarde, o referido Ministério requisitou que o próprio Justiniano da Rocha se responsabilizasse por uma exposição sobre a situação da instrução secundária no município da Corte, limite da jurisdição do Ministério do Império na área da instrução secundária, conforme já vimos. Ao ter sua voz expressa num documento produzido pelo Poder Executivo, uma vez que sua exposição seria anexada ao relatório anual daquele Ministério<sup>30</sup>, o jornalista construiu um relato dos problemas que fora capaz de perceber, fazendo freqüentes referências ao que considerava serem as causas destes problemas.

A liberdade de ensino, invocada como princípio constitucional, havia resultado no descontrole do Governo sobre a instrução e, mais propriamente, sobre sua orientação e organização, sobre os conteúdos e métodos de ensino até então vigentes. O que norteava a criação e funcionamento dos estabelecimentos particulares de ensino não era o oferecimento da instrução enquanto elemento formador de cidadãos ativos, mas a que pudesse conferir a habilitação necessária ao ingresso nos Cursos Superiores. Neste contexto, os interesses particulares haviam adquirido um tipo de arranjo que, na prática, não resultava necessariamente no aprimoramento da instrução, algo que era possível afirmar sobre os arranjos estabelecidos entre aqueles mesmos interesses, quando relativos ao progresso material.

---

<sup>30</sup> ROCHA, J. J. da. *Exposição sobre o estado das Aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império*. In: *Relatório do Ministro do Império*, 1850.

Mas mesmo que este progresso material fosse essencial para que o Império do Brasil se equiparasse às demais Nações Civilizadas, e mesmo que fosse possível sempre lhe atribuir um sentido positivo, era necessário um tipo de progresso humano e social, que acompanhasse a marcha que se buscava estabelecer, para que os destinos de todos os elementos constitutivos de uma nação plena fossem consolidados futuramente.<sup>31</sup> Apesar de buscar os princípios da liberalidade para a economia e para a política, o jornalista jamais poderia defender o mesmo tipo de *laissez faire* para a instrução, seguindo aqui o que geralmente se pensava sobre o assunto. Atribuía extrema importância a determinadas áreas da existência social, considerando sua preservação como essencial para que se evitassem ameaças à estabilidade da nação, referindo-se à violência com que as ações articuladas por correntes oposicionistas poderiam ocorrer. Era necessário que se impusessem sobre estas áreas interesses superiores aos particulares, pois, dada a sua natureza e articulação somente estes interesses poderiam constituir uma determinada orientação.

Toda a nação que tiver um clero ilustrado e profundamente compenetrado de seus deveres e uma população cheia de espírito religioso; toda a nação que tiver uma magistratura sólida, constituída com todas as garantias de honra, independência e ilustração, e um magistério também solidamente constituído e cômico de seus deveres; uma nação que tiver estes três elementos, digo, resistirá a tudo, até resistirá às destruições da conquista, conservando os seus caracteres nacionais.<sup>32</sup>

A instituição religiosa, as leis e a instrução foram assim associadas à solidez e à ordem, consideradas essenciais para a composição de um ambiente propício para a marcha progressiva da nação, para a elevação de seu grau de civilidade. Estes três elementos deveriam possuir em comum uma existência livre de qualquer princípio que fugisse à racionalidade, distante das instabilidades e influências dos embates

---

<sup>31</sup> “...a palavra civilização, em Constant, aparece como um termo composto: implica o crescimento dos recursos, da segurança, dos gozos etc., mas implica também o aperfeiçoamento interior dos indivíduos, o desenvolvimento de suas qualidades afetivas e intelectuais, o alargamento e o aprofundamento feliz de suas relações mútuas, sem os quais a civilização não poderia ser concebida como *valor*.” STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*, p. 44.

<sup>32</sup> Justiniano José da Rocha. APB. Câmara dos Deputados. Sessão de 14 de Fevereiro de 1850. p. 549.

partidários, sendo somente dirigidos pela experiência proveniente do conhecimento adquirido e desenvolvido em suas próprias vivências específicas.

Esta concepção, dentro do que já mostramos anteriormente, também se afasta das premissas centralizadoras dos dirigentes Saquaremas, e da política “absolutista” de Paraná de atuação forte do Estado imperial, visto em sua intenção de determinar uma direção única em todos os assuntos. A dita independência, ou autonomia, com que deveriam atuar clérigos, juízes e professores se apoiava na íntima relação existente entre racionalidade e progresso, sendo aquela a base sobre a qual se estabeleceram os parâmetros deste. Ou seja, num pensamento em que tanto a marcha da civilização quanto o funcionamento daqueles importantes setores da sociedade seriam dirigidos pela razão, era possível permitir, ou mesmo reivindicar, que aqueles existissem de forma autônoma, na medida em que as ações de seus respectivos agentes seriam orientadas pelo mesmo princípio que orientava o próprio progresso.

Conforme ficaria patenteado na Reforma Couto Ferraz, o Governo passava a acompanhar de perto a atividade profissional do professor, tanto utilizando mecanismos de averiguação de sua capacidade moral e profissional, como realizando fiscalizações periódicas, ambas promovidas por uma nova estrutura administrativa que se consolidava. Além disso, como vimos, outra importante modificação promovida pela reforma, foi a determinação de condições para a abertura e funcionamento de estabelecimentos particulares de ensino, inclusive impondo-se penas aos infratores da nova legislação. O Governo, pelo menos nos limites de abrangência da reforma, se fazia presente por meio de instituições ligadas diretamente ao Poder Executivo, que passava a determinar as regras para o exercício do magistério e para o funcionamento das escolas.

A solução proposta pelo jornalista para o melhoramento da instrução também invocava a necessidade da constituição de tais mecanismos de controle, mas mantinha a idéia de que “é mal o governo que muito quer governar”. Nesse sentido, concordava que era papel do Governo se responsabilizar pela criação de uma estrutura específica e de dispositivos legais para a gestão da instrução, mas a isto deveria ater-se, devendo posteriormente delegar os cargos então criados naquela estrutura e constituídos por aqueles dispositivos aos próprios professores, indivíduos

que, pela sua vivência no magistério, jamais poderiam ser preteridos por indicações de ordem política, sendo considerados mais capacitados para o trabalho.

Dentro desta concepção a idéia de centralidade da figura do professor era reafirmada, mas os argumentos sobre o exercício do magistério, do lugar que o professor deveria ocupar dentro de um sistema de ensino, além de sua formação e ocupação após determinado tempo de serviço, foram levados em direção diferente daquela consolidada pelo regulamento de 1854. Isto porque se concentravam menos nos rigores com que a lei poderia infligir penalidades, como o fechamento de estabelecimento de ensino infratores, do que nas medidas que pudessem ser postas em prática de forma mais indireta, como a organização de exames de qualificação para os professores. Talvez por ter exercido o magistério, Justiniano da Rocha via com propriedade esta atividade, reconhecendo suas glórias e vicissitudes, mas obviamente defendendo sua condição sublime.

No professorado requer ciência e zelo, e ainda com muita ciência e muito zelo, nem tudo estará conseguido: não se conseguirá um bom professor, se quem a tal profissão se consagra não tiver uma infinidade de outras qualidades intelectuais e morais, entre as primeiras, a clareza e o método, entre as outras a paciência na dose mais elevada, e uma resignação bem rara em nossos dias, em que a todas as pretensões estão abertas as esferas mais vastas.<sup>33</sup>

Não bastava que o professor fosse “tecnicamente” competente, algo que poderia ser racionalmente verificado pelos (novos) instrumentos oficiais, era necessário que ele reconhecesse o real valor de sua atividade o que poderia lhe ser possibilitado com algum recurso que o resguardasse dos aspectos negativos de sua profissão.

A corporação do ensino a que se acha ligado atualmente, a que estará ligado toda a sua vida, se não desmerecer, será na ordem social umas das mais nobres, umas das mais conspícuas; constituirá um dos grandes sacerdócios sobre os quais descansam o presente e o porvir das nações, a luz da glória da corporação irradiará sobre cada um dos membros dela, e será eficaz e poderoso impulso para seus esforços.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Justiniano José da Rocha. *Jornal O Velho Brazil*, 21/9/1854. p. 1.

<sup>34</sup> Justiniano José da Rocha. *Jornal O Velho Brazil*, 24/11/1853. p. 4.

Conforme o que havia dito em relação aos clérigos e juizes, o jornalista pensava no magistério como, além de um sacerdócio<sup>35</sup>, uma corporação organizada e dirigida pelos que dela fizessem parte. Desta forma, evitava-se a instabilidade das decisões provenientes do Governo, originada da sucessão dos partidos políticos à frente do Ministério. Com um magistério que pudesse recrutar, em seus próprios quadros, profissionais que desempenhassem funções importantes, como conselheiros, inspetores e fiscais, seria possível promover uma instrução solidamente dirigida, sob uma orientação estável e sedimentada no caráter de permanência das tradições constituídas no próprio exercício do magistério, e não na transitoriedade das mudanças ministeriais. Como já dito acima, o Governo ficaria responsável pela promoção de toda uma organização administrativa e pelo recrutamento de profissionais, tanto professores como administradores da área da instrução, por meio de concursos onde se comprovassem o merecimento e a capacidade dos candidatos. A institucionalização do magistério seria consolidada pela constituição da corporação de ensino, e todo este processo seria viabilizado pelo Governo.

Da mesma maneira com que se daria a admissão de professores, ou sua habilitação dentro de novas diretrizes, a comprovação da posse de competências específicas deveria nortear a criação de um conselho deliberativo, responsável pela gestão da instrução. A supremacia da ciência frente à política endossava a preferência por professores universitários para o preenchimento de tão altas posições hierárquicas. Tal preferência fundamentava-se na busca da maior capacitação possível dos membros do conselho, o que, no caso, significava tanto a posse de uma instrução superior quanto a experiência no magistério. A atividade de constante discussão que caracteriza o funcionamento de um conselho, manteria o ânimo para o trabalho de resolução das questões que surgissem e para a promoção de medidas efetivas para o aprimoramento da instrução.

---

<sup>35</sup> A idéia de magistério como sacerdócio via-se reforçada pela associação da atividade profissional do professor com a noção de sacrifício, visto como base de uma nobreza própria daquele que se dedicava à educação da mocidade, apesar dos aspectos negativos aos quais se refere Justiniano da Rocha quando destaca a resignação do professor. Ao ultrapassar a questão das precárias condições materiais, provenientes das baixas remunerações e dos poucos recursos para seu exercício profissional, o professor deveria perceber sua atividade como missionária.

Como vimos, a questão da tomada de decisões foi abordada de forma diversa desta pela Reforma Couto Ferraz, onde a criação de um Conselho Diretor, apesar de também se caracterizar pela reunião de diversos membros, caracterizava-se pela concentração da autoridade na figura do Inspetor Geral de Instrução. Além disso, todas as outras posições do Conselho eram ocupadas por indicações diretas ou indiretas do Governo, ou seja, eram indicações de ordem política realizadas por meio do Ministério do Império. Apontamos tal fato para reiterar que Justiniano da Rocha criticava tanto a postura do Governo em centralizar a autoridade em assunto onde não deveria, mas também condenava tal centralização dentro da própria administração da instrução. Dizia o jornalista sobre os diretores.

Entregues a si, quase destituídos de ação, os diretores isolados no meio de tantos embaraços, na luta contra tantos e tão inveterados abusos sentem-se logo acometidos de uma moléstia muito comum nos funcionários públicos, a frouxidão, o entorpecimento...<sup>36</sup>

Dentro do que propunha o jornalista, uma vez completados os quadros da nova instituição, com seus primeiros membros, a corporação teria jurisdição sobre si, por meio de seu conselho deliberativo, determinando os rumos de seu funcionamento e os da própria instrução.

A corporação do ensino assim institucionalizada desempenharia a mesma função que a organização administrativa criada com a Reforma Couto Ferraz. Nesse sentido, a corporação era vista como um sistema que se estenderia desde o professor, agente mais distante do centro decisório, passando por fiscais e delegados de distrito até os mais altos membros do conselho responsável pela gestão da instrução. Porém, dentro da idéia de um magistério corporativo, a composição do dito conselho não deveria consistir em prerrogativa do Poder Executivo ou derivar de qualquer influência ou indicação proveniente de embates partidários do Parlamento. Na área da instrução o conselho deliberativo deveria representar os interesses do próprio Estado, distante da instabilidade que caracterizava um governo ministerial, e significando a resposta mais eficaz ao seu caráter de transitoriedade.

---

<sup>36</sup> Justiniano José da Rocha. APB. Câmara dos Deputados. Sessão de 14 de Fevereiro de 1850. p. 551.

Se o ensino compreende hoje as escolas do Estado, os colégios comunais, as instituições privadas seculares, as instituições privadas religiosas, os pequenos seminários, todos em virtude da Constituição, devem ter sua representação no corpo governante deliberativo.<sup>37</sup>

Além de aplicada a racionalidade na gestão da instrução, uma vez que os mais capacitados ficavam responsáveis por ela, a natureza da composição do conselho deliberativo significaria a legitimação da corporação perante seus membros e da atividade profissional destes perante a sociedade, uma vez que cada professor poderia identificar-se numa coletividade através de representantes de sua área profissional. A importância disso residia no fato de que ficava estabelecida uma proximidade entre os profissionais do magistério, até então isolados em suas atividades<sup>38</sup>, incapazes de perceber algo além das dificuldades de sua profissão e de seus próprios esforços para superá-las. Com a valorização do professor, o jornalista apresentava a idéia da corporação como resposta a outras questões que compunham a problemática da instrução.

A caracterização dos membros da corporação de ensino como “homens de ciência” e a utilização da razão como norteadora da gestão da instrução também justificariam a busca por garantias para o profissional reconhecido em sua capacidade. No magistério corporativo o futuro do professor comprovadamente dedicado poderia ser promissor, na medida em que seria possível ascender dentro da hierarquia corporativa.

---

<sup>37</sup> No mesmo momento em que discutia a idéia de um magistério corporativo, Justiniano da Rocha traduziu uma longa discussão ocorrida na Sessão de 18 de Janeiro de 1850 da Assembléia Legislativa da França, cujo tema era um projeto de lei para a instrução pública. Demonstrando a influência que recebia do contexto francês, acompanhou de perto o andamento de sua política, equiparando seus argumentos aos que considerava pertinente à discussão que intencionava estabelecer no Brasil. O trecho destacado provém da fala do deputado francês Thiers, que continuava assim a descrever como a representatividade caracterizava a composição do conselho deliberativo - “...há de ser composto, vede a parcialidade, de três membros do ensino livre, de três membros do instituto, de três membros da magistratura, de três membros do clero, e de três membros do culto protestante ou israelita.” *Jornal O Brasil*, 23/4/1850. p. 2-3.

<sup>38</sup> Sem um recurso que lhe servisse de esteio “...o professor desfalece, se alguma vez nesse seu lidar, sente o esmorecimento e o desânimo, reanime-se a si próprio, cobre por si mesmo acento, consolações, conselhos, não os espere de colegas.” Justiniano José da Rocha. *Jornal O Velho Brazil*, 24/11/853. p. 4.

O que naquele momento significava apenas a contagem de tempo para a jubilação, o tempo de serviço do professor, deveria ser visto pela perspectiva da experiência adquirida e, por isso mesmo, deveria ser aproveitada em outras funções dentro do magistério. Nesse sentido, uma vez atingido o tempo próprio para a jubilação do professor, entre vinte e vinte e cinco anos, este deveria ser designado para atividades externas à sala de aula, em funções como a de inspetor ou delegado de distrito, ficando responsável pela fiscalização dos professores atuantes e do funcionamento dos estabelecimentos de ensino. E ainda, conforme sua dedicação e aprimoramento, ao avançar em seus estudos, o professor poderia participar dos conselhos de disciplina que se formassem e desempenhar funções administrativas mais altas, e, inclusive, vir a tornar-se membro do conselho deliberativo, desde que obtivesse o devido reconhecimento de sua capacidade para tal função.

A progressão na carreira do magistério seria garantida, pelo menos em princípio, pela noção de que todas as promoções ambicionadas por professores jubilados ou atuantes seriam julgadas por um conselho de seus iguais, que deveriam basear suas decisões no bom proveito do aprimoramento da instrução. A ciência derivada da experiência adquirida, da dedicação aos estudos e ao desenvolvimento profissional poderia ser reconhecida como atributo significativo numa corporação regida preferencialmente pela razão.

O jornalista produziu análises minuciosas sobre os artigos que compunham o decreto 1331 A, o que consolidou a Reforma Couto Ferraz, onde confirmava a necessidade da criação de uma legislação específica para a área da instrução, porém considerava que nem a mais rigorosa e detalhada regulação poderia ter sucesso, se não pudesse despertar princípios considerados essenciais para o exercício do magistério. Sem medidas que promovessem a valorização do professor, considerada pelo jornalista como linha mestra para a realização de uma reforma da instrução, jamais esta última poderia atingir novos patamares de civilidade.

...a política, a administração, a diplomacia o chamarão (o professor) com todos os seus atrativos e honras (...) por toda a parte a deserção do professorado é tal que não

se deve considerar a persistência de alguns se não como meramente acidental, e devendo cessar no dia em que puder achar quem para diante a leve.<sup>39</sup>

Vários foram os exemplos mencionados para comprovar as más condições de trabalho que resultavam em desânimo e em constantes migrações de professores para outras profissões. Por exemplo, a criação de mecanismos de verificação e aprovação do material didático utilizado nos estabelecimentos de ensino foi questionada em relação à sua eficácia. A ausência de estímulos específicos para a produção de material didático foi considerada falta imperdoável, justamente para alguém que buscava o reconhecimento do valor da atividade docente e daquelas que lhe servissem de apoio.<sup>40</sup> O jornalista criticava a atitude habitual do Governo em reduzir o reconhecimento do esforço de quem se aventurasse em tal empreitada ao financiamento das despesas de impressão do material produzido. Não poderia haver valorização do professor sem que sua dedicação e esforço, depositados na elaboração do compêndio, fossem diretamente recompensados por gratificações financeiras.

Mesmo com a especificidade de suas preocupações, o jornalista reconhecia a necessidade de medidas restritivas e a constituição de um sistema de fiscalização eficiente. Nesse sentido, a estrutura administrativa que se instaurava com a Reforma Couto Ferraz sequer fora analisada em seus pormenores, por parecer refletir o que fora largamente discutido, e por aproximar-se do que era considerado como necessidade da área da instrução.

Da mesma maneira que era preciso zelar pelo futuro do professor com estabelecimento de novas possibilidades em sua carreira profissional, também o era

---

<sup>39</sup> Justiniano José da Rocha. *Jornal O Velho Brazil*, 21/9/1854. p. 1.

<sup>40</sup> O compêndio de Geografia elaborada por Justiniano da Rocha recebe fortes críticas, tendo cada um de seus erros e imprecisões relatadas em periódicos que lhe faziam oposição. Respondeu assim às críticas recebidas – “Se nem interesse, nem louvor, nem agradecimento tirei do meu trabalho, de sobejo colhi desgostos, insultos e baldões”. *Jornal O Brasil*, 5/12/1850. p. 4.

Além disso, Justiniano do Rocha mencionava o imenso trabalho que tinha como lente de História do Colégio de Pedro II, em consultar vários autores a fim de elaborar suas aulas, considerando que não havia, naquele momento, compêndios considerados confiáveis. Assim, enquanto membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pediu a formação de uma comissão especial que organizasse um Compêndio de História do Brasil. Eis a resposta ouvida pelo jornalista – “O Sr. Cônego Januário da Cunha Barbosa declarou-se contra a proposta do Sr. Rocha, fazendo sentir as grandes dificuldades e embaraços, que por ora ainda encontraria a Comissão, ou comissões, na organização de um bom Compêndio, visto não estarem ainda bem elucidados alguns pontos da nossa história...”. *Revista do IHGB*, v.2, 1840. p. 147.

assegurar a continuidade do próprio magistério, em termos de promover a formação de novos professores. Assim, um dos pontos que o jornalista considerou positivos na reforma era a organização de uma classe de professores adjuntos e uma dos assim chamados repetidores, no Colégio de Pedro II. Estava clara a importância da institucionalização destas classes do magistério, ao constituírem um “viveiro de professores”, lugar para a sua preparação mediante a proximidade com a vida prática do magistério, uma vez que seria possível aos alunos atuar em substituição dos professores titulares.

Como já visto, estas medidas do novo regulamento consistiam em oportunidade profissional para os alunos pobres – e no caso específico dos repetidores, até mesmo aos alunos pobres que já haviam conseguido ingressar na instrução superior – que poderiam continuar o desenvolvimento de seus estudos e aptidões, uma vez que as primeiras necessidades de suas vidas estariam satisfeitas por meio dos vencimentos então instituídos pelo Governo para aqueles cargos no magistério. Na medida em que o preenchimento dessas novas funções dependeria da avaliação dos candidatos por meio de concursos, o que se poderia esperar em relação ao professor do futuro era o reconhecimento de sua dedicação, preparo e mérito pessoal. Ficava evidente o valor dado pelo jornalista a estes atributos, considerados caros não somente ao exercício do magistério, mas também aos alunos, enquanto cidadãos ativos em formação.

...o desejo de merecer distinções é o grande, o único poderoso incitamento do homem em todos os sentidos. O que é necessário é acostumar os meninos desde o berço a procurar merecer essas distinções, na certeza de que assim as hão de obter, em vez de deixá-los acreditar que o patronato suprirá o que lhes falta de merecimento para obtê-las.”<sup>41</sup>

A busca por uma colocação dentro dos quadros do magistério era somente uma das motivações possíveis que poderiam incitar nos alunos o sentimento de emulação, tantas vezes mencionado pelo jornalista. O caso dos alunos pobres poderia ser utilizado como exemplo justamente por representar uma situação considerada ideal para a construção da civilidade – a ausência do patronato na concessão das distinções que demarcavam a ultrapassagem de uma fase na carreira escolar e o ingresso em

<sup>41</sup> Justiniano José da Rocha. *Jornal O Velho Brazil*, 4/4/1854. p. 2.

outra. Dentro dos parâmetros estabelecidos pela Reforma Couto Ferraz, ficava possibilitado o avanço nos estudos por meio do mérito, fazendo com que mesmo alunos provenientes da instrução pública primária pudessem ingressar numa instituição modelar de instrução secundária, o Colégio de Pedro II, e de lá na instrução superior.

A idéia de oferecimento de oportunidades profissionais à mocidade desvalida aparecia assim associada com um objetivo mais amplo, que havia servido de motivação para a realização de uma reforma da instrução, através do reconhecimento formal dos resultados obtidos pelos alunos por conta de sua dedicação e aprimoramento. A promessa de uma profissão que derivasse da própria instituição de ensino poderia incentivar as famílias mais pobres a enviar e manter seus filhos nas escolas públicas, possibilitando a maior propagação da instrução primária sobre a população dos mais baixos estratos sociais.

Outra motivação para adoção do sistema de formação de professores pela prática, preconizada pelo sistema de professores adjuntos, era a economia de recursos que tal sistema representava, por conta de que nenhum outro recurso precisaria ser mobilizado para a sua execução, cabendo apenas às autoridades públicas de instrução regulamentá-lo através da emissão de normas e orientações específicas tanto para a seleção de candidatos a professores adjuntos, como para os próprios professores titulares responsabilizados pela formação e fiscalização do trabalho que aqueles deveriam desenvolver. Desta forma, o recrutamento e verificação das habilitações dos professores públicos e a criação de instalações físicas que servissem de espaço escolar serviria, a um só tempo, para a instrução da mocidade e para a reprodução dos profissionais do magistério.

Mas a idéia de promover a formação de professores pela prática não foi unânime entre as autoridades responsáveis pela condução das políticas educacionais. O argumento de que as chamadas Escolas Normais, instituições escolares próprias para a formação de professores primários, demandariam recursos por demais custosos por parte do Estado, seria considerado insuficiente para que tal idéia fosse

preterida pelo conjunto das novas normas.<sup>42</sup> Para o Inspetor Geral de Instrução dos momentos iniciais da Reforma Couto Ferraz, o saquarema Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, as escolas normais não haviam sido devidamente experimentadas no Brasil, o que reafirmava sua insistência na presença do Estado para a resolução da questão da formação dos professores, não somente através do acompanhamento dos processos daquela formação, mas através de sua institucionalização propriamente dita.

Em sua gestão, o Inspetor Geral demonstrou o intuito de promover as devidas medidas para consolidação das diretrizes do novo regulamento, tendo como preocupação recorrente a estruturação administrativa da Inspetoria, a construção de instalações escolares adequadas, a qualificação de todo o funcionalismo público ligado à instrução<sup>43</sup> e a maior disseminação possível de uma instrução de qualidade às camadas mais pobres.<sup>44</sup> Preocupado com este último ponto, o Inspetor Geral propunha em relação à instrução pública primária:

Parece-me que se cada uma dessas escolas constituísse uma espécie de internato, desapareceriam a um tempo as dificuldades que se opõem ao desenvolvimento e progresso da instrução primária. O Estado não teria de fazer com o seu estabelecimento grande acréscimo de despesa, porque continuaria como até agora a

---

<sup>42</sup> Subvertendo tal argumento, Abílio César Borges – importante político baiano que se destacou na área da instrução, tendo exercido importantes funções na Diretoria de Instrução Pública na Bahia (1856-7) e o no Conselho de Instrução da Corte (1872-7), além de fundar e dirigir colégios particulares na Bahia, Minas Gerais e no município da Corte – defendia que as Escolas Normais representariam um recurso econômico para a formação de professores primários, já pelo fato de que o público a qual elas se destinariam possuir um “horizonte de reduzidas expectativas”, o que tornava desnecessário que para eles se designassem grandes remunerações. Além disso, o político defendia que as Escolas Normais funcionassem como internatos cujas despesas seriam cobradas posteriormente dos aspirantes ao magistério, o que tornava o investimento do Estado em tal empreendimento reembolsável. GONDRA, J. G., “Abílio César Borges”. In: FÁVERO, M. de L. de A.; BRITTO, J. de M. (orgs.), *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*, p.35.

<sup>43</sup> Logo em seu primeiro relatório ao Ministro do Império, o novo Inspetor Geral relatava as dificuldades em manter a regularidade dos serviços da repartição que assumia, por conta do limitado pessoal ali lotado: “Achava-se impedido na assembléia legislativa provincial o secretário dr. Manoel de Oliveira Fausto, e um dos dois amanuenses, cuja demissão tinha sido proposta por meu antecessor, não comparecia havia mais de três meses; pesava pois todo o trabalho sobre um único empregado, o amanuense Manoel José de Souza Neiva, que, por mais ativo e zeloso que fosse, não teria tempo para satisfatoriamente desempenhar as suas obrigações.” Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara. “Relatório do Estado da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte durante o ano de 1855.” p. 3. In: *Relatório do Ministro do Império*. Ministro Luís Pedreira de Couto Ferraz, 1856.

<sup>44</sup> GONDRA, José Gonçalves & GARCIA, Inara. “Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara.” In: FÁVERO, M. de L. de A.; BRITTO, J. de M. (orgs.), op. cit., p. 319.

instrução a ser gratuita, e as famílias que não fossem indigentes pagariam uma módica retribuição para o sustento e alimentação dos alunos.<sup>45</sup>

Como vimos no capítulo anterior, os alunos candidatos a adjuntos deveriam ser examinados anualmente quanto ao seu rendimento escolar, e somente no fim do terceiro ano um novo exame seria realizado, sendo este equiparado ao concurso ao qual se submetiam os demais candidatos a professores públicos primários. Ainda no primeiro ano de sua gestão, o Inspetor Geral coordenou exames dos alunos que “se achavam nas circunstâncias indicadas no regulamento”, a fim de iniciar de imediato a formação dos quadros de professores adjuntos. Não deixando de levar adiante medidas de implementação de um sistema de formação que considerava inadequado às intenções de qualificação do corpo docente de instrução primária, o Inspetor denunciava a falta de capacitação dos candidatos, e as freqüentes ocasiões em que nenhum deles alcançava aprovação naqueles concursos, o que, muitas vezes, exigia que fossem nomeados candidatos não qualificados para tais funções.

Tudo se liga e se encadeia num sistema completo de instrução pública: a instituição dos professores adjuntos supõe alunos habilitados com suficiente conhecimento das matérias que constituem a instrução primária, e no estado pouco lisonjeiro em que se achavam as nossas escolas, não se devia esperar resultado satisfatório de um concurso feito entre alunos que nem um incentivo tinham para se aperfeiçoarem no estudo, e que abandonavam as escolas apenas tinham[sic] adquirido ligeiras noções das matérias de ensino.<sup>46</sup>

Na verdade, a criação da classe de professores adjuntos representava a reformulação, pela via de uma regulamentação, da formação pela prática tradicionalmente celebrada através tanto do sistema de ensino mútuo, ou o método de Lancaster, mencionado na introdução deste trabalho, como da figura dos professores substitutos, termo utilizado anteriormente ao novo regulamento. Sob esta perspectiva, o novo regulamento aproximava-se do pensamento de Justiniano da Rocha, não por optar pela permanência de uma tradição por ela mesma, mas por

---

<sup>45</sup> Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara. “Relatório do Estado da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte durante o ano de 1855.” p. 11. In: *Relatório do Ministro do Império*. Ministro Luís Pedreira de Couto Ferraz, 1856.

<sup>46</sup> Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, op. cit, p. 8.

preferir atuar de forma regulamentar em relação às políticas encaminhadas estritamente para a formação de professores, deixando a responsabilidade por aquela formação nas mãos dos professores titulares, sobre os quais recairia então a direção efetiva dos rumos da reprodução da profissão docente. Este abrandamento da presença formal do Estado, ainda que somente por motivo de economia de recursos, fazia com que, neste âmbito, a organização e atuação dos professores se assemelhasse em muito à constituição de uma corporação, conforme preconizava o jornalista. Isto porque, na medida em que as políticas oficiais pareciam priorizar a questão da aferição da capacidade profissional e moral dos candidatos a professores, a transmissão dos saberes e técnicas da prática cotidiana de ensino ficaria a cargo do contato estrito entre os “aprendizes” de professores e seus mestres, os professores efetivos.

Outro aspecto que reforça a noção de uma corporação de professores responsável pela reprodução do magistério foi a preferência concedida aos filhos de professores com mais de dez anos de exercício profissional para a composição da classe de adjuntos. Longe de considerar a utilização desta prerrogativa do novo regulamento como regra, mencionamos a influência do meio doméstico na formação dos quadros do magistério primário, por conta da atitude de vários professores em buscar garantir para seus filhos uma futura carreira profissional no interior do funcionalismo público.<sup>47</sup>

Diferentemente do que pensava Justiniano da Rocha, o Inspetor Geral considerava ainda excessiva a distância que o Estado mantinha em relação à formação dos professores públicos primários defendia que, para além do

---

<sup>47</sup> Recorrendo aos Códices do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro Alessandra Frota Martinez de Schueler nos traz um exemplo de um tipo de “linhagem” de professores primários estabelecida no município da Corte: “O patriarca da família, Antonio Severino da Costa, exercia o cargo de professor público primário na cidade desde, pelo menos, o final da década de 1830, quando encontrei o primeiro registro de seu nome nos quadros do magistério público. Nos anos de 1870, este antigo mestre-escola teve a felicidade de ver três de seus filhos ocupando cargos de professores primários nas escolas urbanas e suburbanas da cidade, primeiramente como adjuntos (...) em novembro de 1871, Antonio Severino da Costa solicitou, pessoalmente, ao Inspetor Geral a admissão de sua filha Eudóxia para disputar uma vaga de professora adjunta, ocasião em que apresentou certidão de batismo, o atestado de moralidade e a sua autorização para que a mesma, então com doze anos de idade incompletos, ingressasse da função docente”. SCHUELER, A. F. M. de, *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1889)*, p. 211-212.

estabelecimento de normas que “incentivassem” a dedicação e busca por distinções entre alunos e futuros professores, seria necessária a institucionalização da formação docente, concedendo a esta o mesmo tipo de uniformização que se pretendia com a instrução primária e secundária. A utilização do modelo escolar proporcionado pelas Escolas Normais traria para o Estado o controle efetivo sobre todo o processo de formação dos professores, algo que transcendia a regulamentação dos exames de capacitação e as políticas de fiscalização da prática do magistério.

Em outro aspecto do que viemos argumentando sobre a valorização do mérito pessoal, a organização dos exames gerais das matérias preparatórias para a admissão nos cursos superiores foi também celebrada por Justiniano da Rocha. As habilitações necessárias ao ingresso nos cursos superiores deveriam ser verificadas de forma tão rigorosa quanto aquelas exigidas dos professores, no que se referia ao exercício legal do magistério. O jornalista considerava que, passando a determinar os parâmetros dos referidos exames, o Governo poderia também estabelecer as diretrizes de uma uniformização da instrução secundária, por fazer com que a direção dos estabelecimentos particulares vislumbrasse um objetivo comum.

Considerada uma distinção concedida pelo Governo, a aprovação nos exames deveria despertar a emulação e a competência não somente nos alunos, objetos diretos de uma pretendida renovação da instrução, mas também nos professores, pois ambos deveriam adequar seus esforços pessoais tendo o merecimento daquela distinção como horizonte.<sup>48</sup> Mais uma vez via-se que, para o jornalista, os verdadeiros princípios impulsionadores de uma reforma na instrução não residiam em políticas normatizadoras ou punitivas, mas na organização de medidas que pudessem despertar a dedicação e a busca pelo reconhecimento do mérito, tanto em mestres como em alunos.

---

<sup>48</sup> Da mesma maneira que desejava ver os professores públicos unidos em uma corporação, Justiniano da Rocha chegou a defender uma igual união entre os diretores de estabelecimentos particulares de instrução. A criação de um liga que os reunisse era justificada pela existência de objetivo comum, sendo este, a elevação da instrução particular e seu reconhecimento através do quantitativo de aprovações obtidas nos exames gerais. Esta liga deveria organizar um concurso próprio, ou seja, entre os alunos da instrução particular. Argumentava o jornalista que tal demonstração de um espírito de cooperação poderia auxiliar no estímulo à dedicação dos alunos para obter aprovação, na construção de uma boa reputação entre os estabelecimentos participantes e no enfraquecimento da rivalidade entre eles. *Jornal O Correio do Brasil*, 5/1/1853. p. 2.

Admiti porém o concurso geral, fazei com que todos os alunos de todos os colégios façam um trabalho de exame pelo qual seja graduado o merecimento de cada um, e vereis diante dessa prova pública, solene, em que nenhuma parcialidade pode interferir, desaparecerem pelo abandono dos alunos os maus colégios, avultando os alunos dos bons colégios, daqueles que primarem nos concursos.<sup>49</sup>

Apesar das críticas positivas, e por vezes até da plena defesa dos princípios da Reforma Couto Ferraz, o jornalista considerava que o real melhoramento da instrução somente seria atingido se esta pudesse cumprir a função a que se destinava: a formação dos futuros cidadãos do Império do Brasil. Para isto, não somente os alunos, mas os professores e o próprio sistema de ensino, seus métodos e conteúdos, deveriam ter como resultado a promoção geral de princípios como a emulação, a competência, e ainda, a diminuição dos recursos às relações do patronato para obtenção de favores, principalmente quando o objetivo fosse a dispensa dos exames gerais.<sup>50</sup> A imparcialidade que o jornalista atribuía a estes exames surge aqui como traço de uma racionalização dos estudos, o que consolidava as iniciativas oficiais, enquanto responsáveis pela elaboração daqueles exames, como definidoras de um direcionamento para a instrução secundária.

Ainda que guardasse os parâmetros de uma sociedade estratificada e de uma instrução que funcionava também nesses termos, o jornalista defendia a otimização dos estudos e seu aprimoramento orientado em determinada direção, sendo esta a que caracterizava a sua própria vida, o amor aos estudos. Por conta disso, chegou a defender a diminuição das disciplinas ministradas na instrução secundária, e assim daquelas exigidas nos exames gerais. O resultado disso seria um maior aprofundamento nas matérias consideradas essenciais ao desenvolvimento do aluno, e o fim de uma instrução enciclopédica, cujos resultados aparentes seriam a

---

<sup>49</sup> Justiniano José da Rocha. *Jornal O Velho Brazil*, 6/12/1853. p. 2.

<sup>50</sup> No ano de publicação da Reforma Couto Ferraz, continuaram freqüentes os pedidos de matrículas de estudantes nas Academias Superiores sem que fossem prestados os exames gerais instaurados pela reforma. O pedido feito pelo estudante Thomas Antonio de Paula Pessoa gerou uma extensão discussão na Câmara dos Deputados e motivou o discurso do deputado Silveira da Mota – “A constituição diz que a lei deve ser feita por utilidade pública e não por utilidade individual. As leis que são feitas unicamente por utilidade de algum indivíduo, entendo que só podem ser defendidas pela cláusula que justifica os privilégios, que é a utilidade pública resultante das vantagens concedidas a esse indivíduo. Ora, perguntarei qual é a utilidade que resulta ao país de Fulano ou Beltrano ser admitido a matricular-se sem tais e tais exames que a lei julga necessários para todos?” APB. Câmara dos Deputados. Sessão de 21 de Julho de 1854. p. 206.

aquisição de um conhecimento superficial, a pretensa idéia de ciência e a arrogância de alunos mal formados.

Tendo exercido em sua sociedade o papel de parlamentar e jornalista, Justiniano da Rocha parecia não conseguir se distanciar de seu papel como professor, e exultava um tempo tão essencial na formação de um cidadão crítico, consciente de suas faculdades e pronto para exercer junto à sociedade imperial sua função dentro de um sistema representativo.

Parece que todos à porfia entendem, que é um tempo de provança e sofrimento insuportável esse que o homem passa, longe do mundo real, dos seus mesquinhos interesses, de seus ridículos negócios, entregue à sociedade dos livros, que lhe ilustram a inteligência, e lhe enobrecem a alma, parece que é um tempo de provança e sofrimento insuportável, e que pois cumpre encurtá-lo.<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> Justiniano José da Rocha. *Jornal O Velho Brazil*, 19/11/1853. p. 3.